

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Reunião ordinária de 04 e 06 de agosto de 2020 – webconferência

Resumo Executivo nº 12/2020

1. Atividades remotas: O reitor cumprimentou a diretora Magda Santos pelos seis anos do câmpus Avançado Jaguarão e também a equipe que elaborou as diretrizes. O pró-reitor Rodrigo Nascimento. Explicou ter aproximado o Comitê Gestor de Pesquisa e a Câmara de Ensino para melhor condução do trabalho. Buscaram levar o trabalho de todos os câmpus junto, respeitando sua autonomia e particularidades; as contribuições foram muito ricas; que chamou a professora Gisela que trabalha na área de agroeconomia. O documento define o que sejam atividades pedagógicas não presenciais e também câmpus quem podem recuperar horas letivas e outros que vão fazer projetos interdisciplinares e aproximação com a comunidade; PROEN combinou que os câmpus deveriam ter Ava, que hoje a instituição usa o Moodle e a PROEN tem condições de dar suporte; alguns câmpus preferem não ter AVA e que cada coordenador defenda a metodologia que gostaria de usar. O pró-reitor Vinicius Martins disse que é um documento geral e o “como fazer” deve ser normatizado por meio de outros documentos, para garantir a especificidade dos câmpus. Explicou que contribuições não aceitas, foram relatadas nos comentários, para que todos ficassem a par. O diretor Mack Pedroso disse ter reunido os conselheiros do câmpus e elaboraram nota conjunta para os segmentos dos câmpus determinando reuniões esta semana, conduzida pelo conselheiro ou conselheira, com alunos de todos os cursos; será feita votação. Haverá também reuniões com os demais segmentos e CDs, finalizando reunião geral com conselheiros para levar ao Consup a posição definida pelo câmpus. O diretor Alexandre Pitol disse que docente e administrativos concordam com retorno, não questionaram documento. Alunos estão pressionando pelo remoto e organizam abaixo-assinado; pais também pressionam. Também estão fazendo reuniões. A intenção é reforçar valores do documento e não abrir mão de alguns itens. O diretor Celso Gonçalves fez reunião de gestão, que já tem posicionamento. O mais discutido foi se o retorno será conjunto e o calendário. O diretor Cristian Conceição deu total liberdade aos alunos para discutirem e vai sistematizar a posição com conselheiros quinta-feira; com a gestão, foi tranquilo, embora existam posicionamentos diferentes. Reforçou que todos têm que voltar. A diretora Magda Santos disse que hoje haverá com gestão, amanhã e depois com pais e alunos; pediu que conselheiros se organizassem com seus pares, mas a preferência foi por reunião conjunta. Em caso de impossibilidade de o aluno acessar, e sendo menor de idade, gostaria de saber como fica. O pró-reitor Rodrigo Nascimento disse que alguns institutos abriram possibilidade de trancamento de matrícula, mas não sabe da legalidade. Explicou que instituições criaram uma disciplina “x” para que todos fiquem matriculados, garantindo o vínculo com os estudantes, especialmente dos beneficiários da AE. A posição do câmpus é que a unidade nos fortalece. O pró-reitor Rodrigo Nascimento pensa que a facultatividade pode levar à desistência ou migração do aluno para outra rede, por isso precisa ter acompanhamento. A diretora Magda Santos manifestou preocupação com

muitos alunos que estão doentes, que têm medo de iniciar e não dar conta das atividades remotas. O diretor Carlos Correa disse já ter havido reunião com a gestão, hoje terá reunião com 90 coordenadores de todas as áreas, para a qual convidou os conselheiros. Já percebeu manifestação dos conselheiros de querer tentar desconstruir o documento, mais por questão política do que técnica. Terá também reunião com a representação estudantil. Disse haver tendência de aprovar os dois documentos, embora existam dúvidas referentes ao documento. Colegas da graduação dizem quem o documento fere a autonomia dos câmpus. Considera haver falta de comunicação de quem participou do trabalho das câmaras para que todos fiquem esclarecidos; duas questões devem ser respeitadas: o que está no art. 4º, a garantia de acesso às tecnologias de informação e precisamos discutir como isso vai ser feito; e também que não tenhamos nenhuma atividade presencial nos câmpus. Disse que as representações estudantis estão articuladas, mas não saber até que ponto representam sua comunidade nos câmpus. O reitor salientou que o art. 4º tem que ser cumprido, mas a forma de atendê-lo temos que ver depois; que o empréstimo de equipamentos é a forma mais rápida. O diretor Jeferson Wolff disse que as reuniões do câmpus com os estudantes começam hoje, por curso e turno; posterior reunião com os servidores, conduzidas pelos conselheiros. O diretor Alexandre Pitol vê problemas no impedimento de abrir o câmpus. Disse que há servidores que vão ou querem ir ao câmpus; que não há condições de preparar aulas remotas em casa; gostaria que o documento não proibisse, deveria ser deixado a critério dos documentos; não pode engessar as ações do câmpus. A saída de casa pode representar a sanidade mental das pessoas. O reitor destacou lembrou que o documento é específico para atividades remotas; as atividades presenciais estão contempladas na portaria. Ratificou ser contra abrir o câmpus para que alunos tenham aula e realizem trabalhos. O art. 17 fala nessa possibilidade, mas deve haver a supressão do artigo. O diretor Alexandre Pitol defende uma ou duas salas abertas para os alunos. O diretor Carlos Correa concorda com a fala do reitor. Tem pessoal trabalhando no câmpus, não deve ser lincada a aprovação do ensino remoto com a presença dos alunos no câmpus. O diretor Mack Pedroso disse que a IN deixa claro a questão dos serviços essenciais. No campus tem havido dificuldade até na questão das cestas, alguns que participaram como voluntários disseram ter sido forçados. Acha faltar esclarecimento mais detalhado sobre quem o câmpus pode chamar para realizar algum serviço e o sindicato tem batido nessa questão. Deve ter forma de caracterizar as necessidades. O fato de pertencer a algum grupo de risco tem sido usado como pretexto para não irem ao câmpus, mesmo que esporadicamente para atender demanda definida e com todos os cuidados que o câmpus está tendo. Sugere que seja regulamentado esse trabalho de atividades essenciais. O reitor disse que isso já foi conversado anteriormente e que ficou para os câmpus definirem atividades essenciais, garantindo a particularidade dos câmpus. Para fazer regramento, deverá ir para o Conselho e não acha oportuno que isso aconteça. Sugere fazer um alinhamento entre o CODIR, em outro momento. O diretor Cristian Conceição disse ter usado a instrução que saiu no início da suspensão das atividades e não tem havido problemas. Considera que a IN esclarece e dá defesa ao diretor; disse que servidor para ir ao câmpus, só com autorização; que abrir para aluno é problema; se abrir para aula, precisa fazer uma escala para atender todos; o câmpus definiu não abrir para alunos, exceção para aluno que participa de projetos e professor que quer preparar aula, desde que com escalonamento. Disse que tem escala para terceirizados. O diretor Alexandre Pitol falou sobre a unificação, discorda que a unificação fortalece, ao contrário vai aumentar a distância e a

sensação de que Pelotas manda. A diretora Magda Santos disse que a unidade a que se refere, é no sentido de aderir ou não ao ensino remoto, mas não relacionada a como fazer; que cada um comece de acordo com suas possibilidades. O diretor Alexandre Pitol, falou sobre a evasão, disse que já houve duas evasões, que pais já informaram não ter tirado apenas por não ter condições financeiras; que na entrega das cestas, os mais carentes questionam quando voltam às aulas. O reitor reconhece já termos perdido muitos alunos e o retorno remoto ou só presencial não altera essa situação; precisamos ver como minimizar o impacto da evasão.; o impacto da pandemia vai se estender por anos ainda. Se houver retorno remoto, vamos ter que buscar os alunos. O diretor Alexandre Pitol defende que o trancamento possa ser feito a qualquer tempo e constante. O diretor Carlos Correa acredita que deva ser alterado o nome das pessoas que trabalharam na construção do documento, por que quem construiu efetivamente foram os chefes e diretores de ensino e pesquisa. Mencionou a omissão do nome do chefe de pesquisa, Alisson. O pró-reitor Vinícius Martins disse que o documento final não terá a nominata, será apenas o documento e os anexos. Explicou que cada um colocou seu nome. O reitor pede que o nome do servidor Alisson seja resgatado no Consup. Sobre o § 1º do art. 5º, sugere que deve ser complementado com a inclusão dos colegiados e coordenadoras de cursos e áreas. Deverá ser proposta a alteração no Consup. Sobre o art. 16, § 2º que remete ao anexo 2, substituir “aprovação da PROEN” por “ciência da PROEN”, desconsiderando o § 3º. O pró-reitor Rodrigo Nascimento disse que vai ter documento apensado alterando PPC e OD, passando pelo Consup; recebeu documento pedindo alteração do art. 3º, por ferir a autonomia do colegiado. O diretor Fernando D’Oca também sentiu estranheza sobre a questão do colegiado, por não incluir também /coordenadoria. Sobre direções de câmpus, que os chefes de ensino colocaram a instância para avaliar, deve-se ao fato de que a OD prevê que as direções-gerais são órgãos responsáveis pela aprovação do ensino. O pró-reitor Vinicius Martins falou sobre a reclamação recebida sobre os art. 41 e 43. Disse que o 42 reforça que os calendários estão dentro dos nossos sistemas acadêmicos, então não fere a autonomia, por era o que acontece. Sobre o art. 43, disse que a PROEN entende que os planos de atividades sejam encaminhados à PROEN ou PROPESP para arquivo e encaminhamento aos órgãos de cobrança em caso de eventual solicitação. O diretor Carlos Correa acredita que isso não deva constar do documento, para não passar a impressão de cerceamento aos colegiados/coordenadorias. O pró-reitor Vinicius Martins não vê problemas na supressão do art. O pró-reitor Rodrigo Nascimento explicou que o Parecer 05 diz que o processo de acesso, nos cursos de graduação, depende de PPC específico da disciplina, por isso o artigo. Com referência aos cursos técnicos, não há pensionamento da SETEC. O diretor Alexandre Pitol manifestou dúvida sobre a capacidade de a instituição manter o Moodle para todos. O reitor respondeu que o Moodle está dividido com TI e CPTE, mas a capacidade precisa ser aumentada para atender todas as demandas, inclusive com novas instalações e lembrou que o retorno vai ser um processo gradual. O pró-reitor Rodrigo Nascimento disse ter conversado com a DTI, e a diretora entende provável necessidade de novo pregão para aumentar capacidade. O diretor Tales Amorim falou sobre o art. 35; perguntou se o calendário extraordinário é o que não conta as horas letivas. O pró-reitor Rodrigo Nascimento disse que o extraordinário é mais para aproximar a comunidade; poderão ser ofertadas disciplinas obrigatórias que poderão ser aproveitadas posteriormente. O art.37 é original para recuperação de hora letiva e entende que deve garantir férias para docentes e alunos ao mesmo tempo. Com a criação do calendário extraordinário ainda é confusa a gerência do

câmpus e não tem como dar respostas precisas por falta de dados. O diretor Álvaro Nebel disse que o documento não foi construído pelos chefes de ensino e sim por todos os câmpus; não vê por que discutir o documento antes do Conselho; nenhum diretor pode ir para o Consup falando algo contra o documento, mas defender que expressa os anseios de todos os câmpus. Continuando, em 06 agosto, o reitor relatou tópicos da reunião com sindicato, que considera que a proposta das diretrizes apontava contra o ECA e os direitos humanos; a principal alegação é a saúde mental dos estudantes; que atividades remotas não são a melhor opção, nem esperar o retorno normal. O diretor Carlos Correa disse que talvez não tenhamos saber como lidar com as pessoas sobre o que está sendo feito, talvez tenha faltado humildade para construir isso de forma diferente; tinha entendido que as sugestões saíam das bases, que encaminhariam para as câmaras e depois para nós. Entende as pessoas que não se sentem contempladas no documento, que as diretrizes deveriam ser documento norteador, não um regulamento e consideram exíguo disponível para discussão. Sugerem calendário alternativo dom limitação de disciplinas, inclusão digital, são contrários ao aumento de 25% na carga horária. As pessoas querem o ensino remoto, mas são contrárias ao documento, sugerem mais um mês para discutir. Relatou recebimento de documento de câmpus pedindo para votar no remoto. Acredita que o Consup vai pedir mais tempo para discutir o documento. A diretora Magda Santos disse que o câmpus é favorável ao remoto, mas discorda da forma de construção do documento, que às vezes se apresenta contraditório; que o documento não dá segurança de como vai ser feito. As duas turmas de formandos são contrários, querem concluir o curso presencialmente, com a qualidade que sempre tiveram. O diretor Cristian Conceição também relatou medo dos servidores, bem como a sensação de pouco tempo para discutir; disse que teve construção democrática e, mesmo que viesse das bases, o documento seria uma colcha de retalhos. Considera que não fomos orgulhosos, pelo contrário, procuramos proteger as pessoas. Não imaginou que duraria tanto a suspensão das atividades, mas acredita que a partir de janeiro poderemos ter híbrido e considera difícil concluir cursos com ensino remoto. Lembrou que a portaria desta semana vai pressionar o remoto. A diretora Giulia Vieira disse que as discussões não avançam por conta das peculiaridades dos câmpus; que reunião com os pais foi difícil, preocupados com a saúde mental dos filhos por falta de atividades. A comunidade questiona o fato de estarmos parados, mesmo que o câmpus esteja propondo atividades. A diversidade está implicando na dificuldade de avançar. Os docentes reclamam porque a cada reunião precisa retornar para discussão. Acredita que temos que oferecer algo para atender as demandas do ensino, sabendo que o remoto não é permanente; que os docentes estão se preparando e organizando para o remoto. Sobre a construção do documento, não vê que deveria ter sido diferente, uma vez que todos os câmpus tinham representantes com posicionamento das comunidades. Nunca tinha visto tanto espaço para discussão, tanta flexibilização. Vê mais questões políticas sendo discutidas do que ações propositivas. Considera que temos que ofertar atividades remotas como alternativa neste momento. Ratificou a queixa de docentes e alunos sobre a saúde mental, pela não oferta de atividades. Considera que o documento deu conta das peculiaridades. O diretor Celso Gonçalves também mencionou que o câmpus reclama falta de tempo, mas está sendo executado o que foi definido no Consup; mas não sabe se mais tempo implicaria mais participação; será que todos precisam de mais tempo. Em seu câmpus, a maioria dos professores votaram pelo retorno ao remoto, porque estão se sentindo ociosos e ficando doentes. O documento não engessa, nem define data de retorno. Considera que a data deve ser definida a partir de alguns parâmetros.

Precisamos coragem para gerar uma alternativa, tomar uma decisão. Se está sendo excludente com ensino remoto, não ofertado nada também está. Concorde que muitas coisas estão indo pelo viés político. Salientou que estamos procurando no remoto a perfeição que não existia no presencial. O conselheiro Alexandre Pitol disse que o pessoal também está se referindo a falta de tempo, mas reconhece que sempre vai faltar. Disse que dá total liberdade aos conselheiros para votarem pelo segmento ou por si, o que é possível que aconteça agora. Pensando como instituição, não tem como descontextualizar, embora concorde com o diretor Carlos. Não consegue achar justificativa para não voltarmos, pois muitas instituições já retornaram, até presencialmente. Salientou que, mesmo no presencial, não consegue atender todos os alunos. O retorno remoto é benéfico para a saúde mental; se o aluno não se adaptar ao remoto, o período respectivo deveria ser eliminado do seu registro acadêmico. Se não aprovado o retorno, precisamos ofertar cursos FIC, pequenos cursos para manter atividades com os alunos. Vamos ter que lutar muito para que todos os alunos retornem. Os alunos precisam de apoio nosso, além de cestas e atendimento psicológico, que é para alguns. Como servidor, devemos retornar agora, fica difícil justificar para a comunidade, pois todos voltaram na cidade. Os pais fizeram abaixo-assinado cobrando o retorno. O que mais vai sofrer é o subsequente. Entende que o processo de discussão do documento foi democrático. Reconhece que a instituição está enfraquecendo pela inatividade. O pró-reitor Rodrigo Nascimento lembrou que estamos com 40% do ano letivo sem atividades. Neste momento a gente tem que pensar positivo, a PROEN vai defender o ensino remoto, embora tenha muitas dúvidas sobre ele; vai defender porque os chefes de ensino vêm trazendo os anseios da comunidade. Da forma como ler o documento vai fazer o bom ou ruim, vai depender de cada um. Sobre os 50%, lembra que apenas falou que algumas instituições estavam usando; que talvez os 25% permitiram a troca de disciplinas, mas o documento diz que pode usar, não que é para usar. O processo foi conduzido para levar todos juntos. Daqui a pouco estaremos em 31 de dezembro e estarmos com o ensino remoto ou ainda discutindo? Pensou que a reunião com a reitoria fosse calma, mas servidores ligados ao sindicato estavam preparados com posicionamento contrário. Alguns posicionamentos tiveram que ser desconstruídos, sugerindo que o documento fosse analisado para posterior posicionamento. Considera importante que o diretor Carlos ouça a formação geral, que geralmente não é incluída, apesar de permear todos os cursos. Lembrou que ninguém gostaria de implementar o ensino remoto, mas estamos excluindo. Mesmo que não seja aprovado o remoto, quando chegar 31 de dezembro vamos ter um sentimento, ou de ter feito alguma coisa ou de não ter feito nada. Temos uma gama enorme de professores preparados para que o remoto dê certo. Disse que o SINASEFE vai fazer uma greve pela vida e questionou se estamos em momento para greve. Que os argumentos do sindicato são importantes, mas precisa haver o contraponto. Disse que uma colcha de retalhos é bonita, então a gente não deve levar para a comunidade que apenas foram juntadas sugestões, mas reunidos os anseios das comunidades. Disse que recebeu a segunda manifestação de denúncia do MP com anseios da comunidade; no documento, a denúncia traz muitas particularidades, que não estamos garantindo o direito à educação, que a posição da PROEN não se sustenta. A denúncia é uma peça jurídica e nos coloca numa posição para refletir sobre o nosso posicionamento; não vê como continuar parados a menos que seja por decisão de entidade maior. O pró-reitor Vinicius Martins explicou que as diretrizes permitem a oferta do ensino remoto, mas os colegiados dos cursos terão tempo para definir como irão fazer as atividades remotas,

afinar as metodologias. O diretor Fernando D'Oca disse que só vamos ter cenário no Conselho, a partir dos argumentos. Precisamos entrar no Conselho com abordagem técnica para neutralizar a paixão por posições que conselheiros vão levar. Considera importante que o Rodrigo faça a defesa técnica de cada um dos pontos, porque o Conselho vai avaliar o mérito e precisa entender o que está posto ali, os princípios norteadores colocados. A questão dos princípios deve ser sempre retomada no Conselho. Lembrou que a discussão não termina se for aprovado, vai continuar nos câmpus, para definir as particularidades. Nós dirigentes, precisamos entender a posição de colegas que foram apresentados a essa discussão há poucos dias. Nós já passamos por um processo de rejeição e hoje, depois de muito tempo e reuniões, estamos na posição de que precisamos seguir esse caminho. Perguntou como vai ser feita a apresentação do documento no Conselho. O diretor Tales Amorim ressaltou e valorizou o trabalho das pessoas que construíram o documento e também dos estudantes dos cursos integrados a ser levado para o Conselho. Lembrou que amanhã possa ser votado primeiro o retorno via remoto ou não. Vencendo o não, talvez o documento não seja discutido. Amanhã será apontado que o processo não privilegiou os estudantes; que o tempo dos alunos é diferente. Existe possibilidade de pedido de mais tempo e de rechaço total ao documento. Disse que o calendário extraordinário já está sendo feito pelo câmpus Camaquã. Propõe que seja salientado no início da reunião que estas atividades estão previstas no documento e haverá impedimentos de oferta se o documento não for aprovado. A diretora Cláudia Schwabe disse que os posicionamentos dos colegas são pertinentes, dentro das suas realidades. Devemos ter estratégia discursiva, pensando na habilidade na forma de encaminhamento no Consup. Mostrou-se incomodada pela forma como o sindicato se mostrou desrespeitoso ao considerar que as diretrizes foram “informadas” pela reitoria, desconsiderando todas as participações. Falar em colcha de retalhos é positivo, porque significa que foi construída por muitas mãos. Sugere que haja manifestação sobre isso no Consup. O diretor Alexandre Pitol acha importante destacar que são apenas diretrizes, e emergenciais, de caráter emergencial; que terá ainda discussão de cada disciplina, em cada curso. Se não aprovado o documento, precisamos pensar em férias coletivas. Sugere algum tipo de corte no chat do Consup, para questões absurdas. O diretor Carlos Correa disse que o MP não dita regras, apenas aconselha; que grande parte da comunidade que não participa do sindicato também está incomodada pelo pouco tempo para discussão; salientou que não tem nada que se refira aos cotistas, que o Proeja vai ficar fora do processo, e é o pessoal mais carente; não tem plano de acesso ao câmpus, não define como vai ser a inclusão digital. Dizer que não estamos fazendo nada o deixa profundamente incomodado. Não podemos nos comparar com outras escolas que voltaram. Não consegue entender que um conselheiro não leve o posicionamento dos pares, uma vez que os representa. Disse que amanhã se manifestará favorável, mas defendendo mais tempo para discussão do documento. O reitor disse valorizar todas as colocações dos diretores, mesmo que às vezes não concordemos em tudo. Precisamos entender que está na hora de começar a falar sobre atividades remotas. Não foram quatro meses, foram três meses e meio contrários a atividades remotas, a mudança foi há pouco. A discussão ocorre todas as esferas e precisamos escolher o caminho que traz menos prejuízo. As atividades remotas não são a solução ideal, mas a alternativa que temos. Se acharem que precisa mais tempo, não vê problemas. O Conselho definiu que o prazo de três semanas, que seriam as câmaras a sistematizar, sugeriu a semana par avaliar, então estamos seguindo o definido pelo Consup. Concordar com atividades remotas não significa deixar de se

preocupar com a saúde mental das pessoas. Sobre a condução, propõe como a sempre se fez, deixar espaço aberto para manifestações, sem limitadores. A ideia é um afala inicial, depois dos pró-reitores Rodrigo e Vinicius, que ficarão com o presidente para esclarecimentos. A intenção é ver os artigos, perguntando se há sugestões e discutindo-as, se houver. Na reunião de ontem com a Frente Ampla, também foi pedido mais tempo para discutir o documento. Talvez se proponha ao Conselho mais esse prazo, porque quanto mais clareza da forma como está proposto, facilita o entendimento das pessoas. Alunos se manifestaram dizendo que não foram chamados, só os alunos, apenas representantes de turma ou de entidades estudantis. Acredita que a questão do tempo vai entrar em discussão no início e em votação. Defende a ordem da pauta, mas pode acontecer de que seja solicitada a alteração, priorizando o retorno das atividades remotas. Sobre a ampliação do prazo das discussões nas comunidades acadêmicas, dez dias, duas semanas, para a partir daí fazer avaliação. O diretor Alexandre Pitol disse que o processo foi democrático, acha que vamos perder tempo, estamos protelando algo que será a única saída que temos e é um desrespeito com todos que correram para discutir no prazo estipulado. O diretor Celso Gonçalves acha plausível desde que por tempo reduzido, mas precisa lembrar que o tempo foi estabelecido pelo próprio Conselho. Disse que a Frente Ampla não pode se colocar como representante de todos os estudantes. Deve-se discutir bastante que aprovado o documento, ainda haverá todo o processo desconstrução para o efetivo retorno às atividades remotas. O diretor Carlos Correa salienta que o documento prejudica cursos de graduação e manifestou-se favorável à dilação do prazo para discussão. O reitor vai colocar a ampliação de prazo para discutir no Conselho. O diretor Marcos Vaz, disse que vai conhecer o posicionamento dos seus conselheiros hoje, mas a tendência é pelo ensino remoto, que também defende. Sabe que haverá dificuldades. Defende a existência de um plano de retorno para o remoto e entende que seria melhor não haver a discussão das duas pautas na mesma reunião. O diretor Jéferson Wolff disse que o câmpus está fazendo reuniões para discutir o documento, que os alunos também pedem mais prazo para discussão, que a posição dos docentes será conhecida hoje à tarde. O reitor disse que precisamos estar sensíveis às falas e atender à maioria das solicitações das pessoas. Deseja que a decisão tomada seja a melhor para os nossos estudantes.

2.Orçamento 2021: considerando que o prazo para informar é amanhã, a orientação é repetir o orçamento, para discutir posteriormente a alteração. O reitor informou que o CONIF há um mês tenta agenda para discutir a matriz orçamentária com a SETEC, que vem se esquivando. O diretor Rocelito Andrade disse que precisa ser quebrada a rotina de repetição de orçamento. A pró-reitora Daniela Lopes explicou que não há garantia de que não tenha uma redução de 18%. O reitor pediu que a pró-reitora mantenha o colégio de dirigentes informado sobre a evolução da questão.

3.Participantes: Flávio Luis Barbosa Nunes, Alexandre Pitol Boeira, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Ana Paula Nogueira e Silva, Carlos Jesus Anghinoni Correa, Celso Silva Gonçalves, Cláudia Redecker Schwabe, Cristian Oliveira Conceição, Daniela Volz Lopes, Fernando Rodrigues Montes D'Oca, Gisela Loureiro Duarte, Giulia D'Avila Vieira, Jeferson Fernando de Souza Wolff, Júlio Cesar Costa da Costa, Magda Santos dos Santos, Marco Antônio da Silva Vaz, Michel Formentin de Oliveira, Nilo André Pozza Rodrigues, Rocelito Lopes de Andrade, Rodrigo Nascimento da Silva, Tales Emílio Costa Amorim, Vinicius Martins.

